

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Se não fizermos nada, setor de petróleo vai parar, diz diretor da ANP	2
Título: Indústria se reinventa para lucrar com o barril barato de petróleo	3
Título: Veículos abastecem em posto de combustível da petroleira estatal PDVSA em Caracas	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Usinas propõem inundar 1.085 km2 da Amazônia	7
Título: País ainda cobrará menos royalties na mineração	9
Título: País ganha 1ª usina de etanol de milho	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Postos em supermercados enterrados na polêmica	13

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Se não fizermos nada, setor de petróleo vai parar, diz diretor da ANP**

Embora demonstre otimismo com a procura pelos leilões de áreas petrolíferas que o governo vai realizar neste ano, o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), Décio Oddone, diz que uma das prioridades no momento é destravar investimentos de curto prazo.

"Se não fizermos nada, vamos contratar o declínio e a paralisia da indústria de petróleo no Brasil", afirmou, em entrevista à Folha.

Neste domingo (6), completam-se 20 anos da lei que pôs fim ao monopólio estatal no setor, atraindo novas empresas e melhorando a arrecadação com royalties cobrados sobre a produção.

Com a crise da Petrobras e a suspensão dos leilões de novas áreas entre 2008 e 2013, porém, o setor vive hoje um cenário de baixa atividade e alto desemprego.

Em 2017, só sete poços exploratórios foram perfurados no país –em 2011, foram 238. A situação tem fortes impactos econômicos e sociais nas cidades dependentes da indústria petrolífera, conforme mostrou reportagem da **Folha** publicada neste sábado (5).

O governo prevê três leilões de petróleo ainda em 2017 –dois deles do pré-sal e um do pós-sal. Oddone evita falar em números, mas diz que a procura por este último, o único com a fase de inscrições já aberta, é "muito boa".

Com as novas ofertas, a expectativa é atrair investimentos de R\$ 260 bilhões na perfuração de 300 poços e na implantação de 17 novas unidades de produção de petróleo.

Esses recursos, porém, só começarão a movimentar a economia na próxima década, já que o período médio entre o leilão e a perfuração dos primeiros poços é de três anos.

"O foco é, dado o momento em que o país está passando, como é que a gente sobrevive no curto prazo".

Nesse sentido, ele defende medidas que a ANP vem anunciando para destravar o investimento em áreas já licitadas, como a redução do conteúdo local (exigências contratuais de compras no país), uma política de perdão para quem não cumprir as exigências e a redução dos royalties em algumas áreas. Nas contas da ANP, há hoje R\$ 250 bilhões em investimentos travados por questões regulatórias ou comerciais. Seriam 1.050 poços e 20 novas plataformas marítimas.

Os números, porém, consideram áreas concedidas à Petrobras, que enfrenta sua própria crise e tem postergado investimentos.

VENDA DE ATIVOS

O mercado conta também com a venda de ativos da Petrobras para ajudar na retomada da atividade. Na semana passada, a empresa anunciou negociações para transferir 30 áreas em águas rasas, 13 delas na bacia de Campos.

A empresa também já anunciou o interesse em se desfazer de áreas terrestres, setor que ficou abandonado após o redirecionamento dos recursos para o pré-sal.

A expectativa é que empresas especializadas em recuperar reservatórios mais antigos se interessem em investir para reverter o declínio na curva de produção das áreas.

"Campos tem ainda perspectivas muito positivas", afirma o professor da PUC-Rio Alfredo Renault, que também vê possibilidade de sucesso nos próximos leilões após a implementação de medidas para atrair as petroleiras.

"Nossa expectativa é que em 2018 novos investidores efetivem seus negócios aqui. Essa retomada teria impacto imediato na geração de empregos", diz Luis Henrique Fragoso, que preside a Câmara de Diretores Lojistas de Macaé (Rio), uma das cidades mais atingidas pela crise.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Indústria se reinventa para lucrar com o barril barato de petróleo

Aberdeen, cidade escocesa portuária construída com o granito do mar do Norte, sofreu abalos nos últimos anos. A queda nos preços do petróleo atingiu o setor petroleiro, que domina a economia local. Dezenas de milhares perderam seus empregos. Projetos avaliados em bilhões de dólares foram cancelados.

Executivos do setor agora começam a falar com alívio que lembra o dos sobreviventes de uma feroz tempestade.

"Sinto-me bem a respeito do mar do Norte, para dizer a verdade", afirmou Mark Thomas, presidente regional da petroleira BP no mar do Norte, em entrevista no escritório da empresa em Aberdeen.

"É uma situação perceptivelmente diferente da que tínhamos alguns anos atrás".

O clima mais otimista mascara o percurso difícil que o setor de energia vem trilhando em todo o mundo.

Quando o preço do petróleo caiu, o setor começou os ajustes. Inicialmente, aplicou táticas conhecidas: cortar emprego e investimento.

Mas depois as empresas perceberam que teriam de ir além e promoveram uma reorganização ampla de seus negócios, com o objetivo de incorporar novas tecnologias e métodos de construção, para extrair o maior valor possível de cada dólar gasto.

O sucesso da estratégia foi confirmado nos últimos dias, quando gigantes como Chevron, ExxonMobil, Royal Dutch Shell e Total divulgaram resultados financeiros muito mais animadores.

As empresas calculam que o nível de preços atuais provavelmente persistirá (na casa dos US\$ 50 o barril) e que o petróleo a US\$ 100, que caracterizava o mercado alguns atrás, foi uma "grande aberração", como disse Daniel Yergin, historiador do setor.

"Ninguém está esperando que os preços aumentem substancialmente", disse Yergin. "O setor está no meio de uma reengenharia que permitirá permanecer no valor de US\$ 50 por barril".

MAIS SIMPLES

Muitas empresas adotaram medidas para simplificar a construção de plataformas e outros itens de alto custo.

Em uma era de preços mais altos para o petróleo, as companhias carregavam seus locais de produção de equipamento adicional, produzido sob medida e dispendioso.

Mas agora elas estão avançando com projetos mais enxutos e componentes e desenhos padronizados, com o objetivo de reduzir custos.

A BP, por exemplo, suspendeu um projeto de US\$ 20 bilhões no golfo do México e decidiu reestudá-lo.

Em lugar de uma plataforma gigantesca e especialmente construída, os engenheiros usaram um aparato menor, similar ao empregado em outro campo, e reduziram em um terço o número de poços. Quando o projeto foi aprovado de novo, em 2016, o custo caiu para US\$ 9 bilhões.

As empresas também estão usando videoconferências e contatos via streaming, em lugar de enviar funcionários para reuniões.

A corrida para cortar fortemente as despesas já começou a produzir resultados. Em 2015, para que as empresas equilibrassem despesas e receita, precisavam de um preço de US\$ 97 por barril, diz Biraj Borkhataria, analista da RBC Capital Markets.

O preço requerido caiu a US\$ 55, pouco acima do preço atual -o barril em julho valeu, em média, US\$ 52.

CONCORRÊNCIA

A despeito do progresso, ainda há grandes desafios.

Em curto prazo, as empresas petroleiras tradicionais devem enfrentar de novo a concorrência do petróleo de xisto extraído nos EUA, que não só é abundante como seus custos de extração estão em declínio.

E, em prazo mais longo, fontes de energia mais limpas, como a eólica e a solar, estão se tornando mais competitivas diante do petróleo e do gás natural.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: Isabel Fleck

Título: Veículos abastecem em posto de combustível da petroleira estatal PDVSA em Caracas

Mais impopular para o presidente Donald Trump do que não punir a ditadura de Nicolás Maduro da forma mais dura possível seria deixar que o preço da gasolina disparasse nos Estados Unidos.

Esse é um dos principais motivos pelos quais o americano ainda não avançou com as sanções sobre o setor de petróleo da Venezuela. Os impactos não seriam apenas para a já castigada população do país, cujo petróleo representa 95% de todas as suas exportações.

Os EUA importam 777 mil barris de petróleo por dia da Venezuela, que é o terceiro maior exportador para o país (7,5% do total importado), atrás apenas do Canadá e da Arábia Saudita.

O impacto de bloquear o petróleo venezuelano seria sentido na bomba de combustível. Um cálculo feito pela consultoria PKVerleger LLC estima um aumento de US\$ 0,25 a US\$ 0,30 por galão (3,79 litros) em duas semanas, se os EUA suspendessem a importação da Venezuela.

Hoje, o preço médio do galão de gasolina no país é US\$ 2,35 (o equivalente a cerca de R\$ 1,94 por litro).

"O impacto poderia ser significativo, com aumento do preço da gasolina, falta de estoque de petróleo bruto para as refinarias nos EUA e uma potencial perda de empregos", afirma David Mortlock, ex-diretor de Assuntos Econômicos Internacionais do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca.

Só a Citgo, subsidiária da petroleira venezuelana PDVSA nos EUA, que importa cerca de 200 mil barris por dia da Venezuela, tem três refinarias no país (Texas, Louisiana e Illinois), 48 terminais de abastecimento e 6.000 postos pelos EUA, onde trabalham 46 mil pessoas.

Mortlock, que assessorou o então presidente Barack Obama sobre sanções contra Rússia, Irã, Cuba e Síria, está preparando, com o especialista em energia na América Latina Francisco Monaldi, da Universidade Rice, um levantamento para o "think tank" Atlantic Council sobre as possibilidades que o governo Trump tem agora.

Para Mortlock, ainda não é hora de o presidente suspender as exportações da Venezuela. "A meta é mostrar a Maduro e seus apoiadores que os custos serão maiores à medida que eles tomarem passos se distanciando da democracia", diz. "Se ele for direto para esse tipo de sanção, não terá muito mais o que fazer".

Na lista de ações graduais para pressionar o regime venezuelano, estão aplicar sanções às instituições e às empresas ligadas às autoridades do alto escalão do governo da Venezuela que já são alvo de restrições e proibir qualquer instituição financeira dos EUA de dar novos créditos à PDVSA, o que pressionaria mais a liquidez da petroleira.

Uma última opção antes de suspender as importações da Venezuela seria parar de exportar os 100 mil barris de petróleo leve americano diários que a Venezuela mistura com o petróleo bruto que produz antes de vendê-lo.

"Acho até que os venezuelanos vão ser capazes de substituir [o petróleo leve americano], mas as margens de lucro vão ser menores", diz Monaldi, destacando que a melhor opção para Caracas, neste caso, é bater à porta da Rússia, que já negocia esse tipo de combustível com o país. "A questão é quanto os russos estarão dispostos a colaborar".

A opção parece mais adequada para os EUA, por não afetar diretamente o seu mercado interno, mas ter impacto na capacidade da Venezuela de produzir gasolina.

O caso mais extremo, a suspensão das importações da Venezuela, teria efeito "devastador" segundo Alejandro Grisanti, diretor da consultoria Ecoanalítica. "A posição dos EUA é que as sanções ponham pressão sobre o governo e ao mesmo tempo não causem mais dor à população venezuelana, que já enfrenta uma forte crise".

Grisanti diz que, nos EUA, os impactos poderiam ser mitigados usando reservas de petróleo bruto do país -que, segundo seus cálculos, poderiam abastecer por mais de quatro meses as refinarias hoje importadoras da Venezuela.

Outra alternativa é que os EUA comprem mais de países como Canadá e Colômbia. "A logística é que pode se tornar complicada", pondera Mortlock. "Levar o petróleo do Canadá para as refinarias do golfo do México pode se tornar um desafio, mas tenho certeza de que o governo está discutindo esses planos de contingência".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Usinas propõem inundar 1.085 km2 da Amazônia

Três projetos de hidrelétricas querem inundar mais do que o dobro da área de Belo Monte para produzir menos de um décimo da energia

Um trio de novas hidrelétricas que poderão ser erguidas na Amazônia prevê a inundação de uma área equivalente à da cidade do Rio de Janeiro, em umadas áreas ambientais mais sensíveis de toda a região, entre a fronteira dos Estados do Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.

Na última semana, conforme apurou o Estado, a empresa paranaense de engenharia Intertechne Consultores, que assina projetos de grandes hidrelétricas erguidas na Amazônia – como Belo Monte, Santo Antônio e Teles

Pires –, registrou pedido de autorização na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estudar a viabilidade de três usinas.

As hidrelétricas seriam erguidas em meio a uma série de unidades de conservação ambiental e terras indígenas, nos rios Aripuanã e Roosevelt. O que chama a atenção nos três projetos são as imensas áreas de vegetação que teriam de ficar debaixo d'água por conta da construção das barragens, tudo para gerar um volume relativamente baixo de energia.

A usina de Sumaúma, segundo os estudos, teria capacidade de gerar 458 megawatts (MW) de energia. Para isso, no entanto, inundaria 420 quilômetros quadrados de mata. A hidrelétrica de Quebra Remo entregaria mais 267 MW, desde que 233 km² de floresta fiquem submersos.

A terceira usina, a de Inferninho, prevista para o lendário Rio Roosevelt, onde vivem os índios cinto-larga, poderia produzir 310 MW de energia, mas deixaria 432 km² de vegetação cobertos por um lago artificial. Passada a régua, as três usinas adicionariam 1.035 MW de energia ao País, como custo de inundar 1.085 km² da Amazônia, quase a dimensão de toda a capital carioca, com seus 1.250 km².

Para se ter uma ideia do que isso representa, a hidrelétrica de Belo Monte, com capacidade de 11.233 MW previstos para serem retirados do Rio Xingu, possui um reservatório de 478 km². Como previsto no projeto de Sumaúma, a hidrelétrica de Santo Antônio inundou 420 km², na região de Porto Velho (RO), no Rio Madeira, mas para gerar 3.568 MW de energia, ou seja, oito vezes o que se promete conseguir com a nova usina.

Crítica.

Criticadas por organizações socioambientais, os projetos hidrelétricos já foram analisados pela empresa espanhola Endesa e a estatal Eletronorte, da Eletrobrás. Chegaram inclusive a serem incluídos como planos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas foram deixados de lado por conta da complexidade em que estão metidos. Já se sabe que há diversas unidades de conservação ambiental que seriam diretamente atingidas pelos lagos.

Além de diversas terras indígenas demarcadas no entorno da região. O presidente da Intertechne, Antonio Fernando Krempel, admite as dificuldades de avançar com os empreendimentos como estão, mas diz que “é possível fazer uma abordagem diferente, reduzindo impactos”. Krempel não detalhou quais seriam os novos impactos, mas garantiu que já é possível dizer que os projetos têm condições de saírem do papel. “Nossa intenção é realizar novos estudos e aprofundar.

O que pretendemos fazer é uma abordagem diferente em relação ao que havia nos estudos de inventário”, disse. “Fizemos algumas simulações, ainda teremos que fazer alguns levantamentos topográficos, mas sabemos que há alternativas viáveis.”

A empresa está disposta a gastar cerca de R\$ 20 milhões em cada estudo técnico. O prazo para que os levantamentos fiquem prontos é de um ano e meio, em média. Apesar de ter atuado até hoje como uma empresa de engenharia contratada por terceiros para realizar projetos de usina, a intenção da companhia paranaense é entrar nas novas usinas como investidora, em sociedade com companhias do setor elétrico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: País ainda cobrará menos royalties na mineração

As novas alíquotas que vão passar a incidir sobre quatro minérios em 2018 ainda serão menores do que as cobradas pelos principais concorrentes do País no setor, afirma o secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo. De acordo com ele, Austrália, Canadá e Chile continuarão cobrando mais royalties do que o Brasil. “Fomos absolutamente cirúrgicos nesse tema, mas é claro que tributo não agrada ninguém”, afirmou.

Com o aumento, o governo espera elevar a arrecadação em 80%. Lôbo afirma que a mudança na forma de cobrança não tem como objetivo aumentar os custos do setor, mas trazer mais desenvolvimento ao País. As mudanças propostas pelo governo no novo código de mineração são a primeira de uma série de alterações que serão apresentadas no ano que vem para elevar a participação da mineração no PIB dos atuais 4% para 6%.

A ideia é criar instrumentos que elevem a competitividade do País para atrair investidores estrangeiros, como a listagem de empresas juniores de pesquisa em Bolsa e o levantamento de reservas minerais, com informações precisas sobre o conteúdo economicamente explorável. “Além de segurança jurídica e regulatória, que esperamos criar com o novo código, precisamos criar instrumentos para colocar a mineração brasileira em paridade na busca do capital”, afirmou Lôbo.

“É preciso trazer os investimentos de volta ao Brasil e transformar a imagem da mineração, com políticas rígidas, leis claras, conduta ética e transparência.” O governo alterou a forma de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), tecnicamente conhecido como royalty

de mineração. A partir do ano que vem, o tributo vai incidir sobre a receita bruta de venda do minério, e não sobre o faturamento líquido das empresas, incluindo custos como seguro e transporte.

Essa mudança deve trazer transparência sobre a movimentação financeira de empresas que atuam de forma verticalizada, como a Vale, que criticou a nova política. A divisão de recursos foi mantida em 65% para municípios, 23% para Estados e 12% para a União. As alíquotas do royalty para o ouro passaram de 1% para 2%; diamante, de 2% para 3%; e nióbio, de 2% para 3%.

Para o minério de ferro, a cobrança será variável, entre 2% e 4%, dependendo da cotação internacional, em dólares por tonelada. Essa alíquota, segundo o ministério, é inferior à da Austrália, de 7,5; Canadá, de 16% sobre o lucro; e Chile, de 14%. “É preciso reconhecer que, na cadeia de produção mineral, minério de ferro e ouro têm papel fundamental na arrecadação”, disse Lôbo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cristiane Barbieri

Título: País ganha 1ª usina de etanol de milho

Primeira unidade exclusiva desse tipo de combustível apoia-se na tendência de alta da produção, que já bateu em 100 milhões de toneladas

A chamada safrinha cresceu, foi batendo recordes, tornou-se uma supersafra que, pela primeira vez, beirou os 100 milhões de toneladas de milho. São tantos grãos que, quando se anda pelas principais regiões produtoras do Mato Grosso, é difícil não encontrá-los armazenados ao ar livre ou em silo bags – sacos feitos de um plástico especial – com até 90 metros de comprimento, nos quais o cereal pode ficar guardado por até um ano.

O cenário não é novo, mas em Lucas do Rio Verde (MT), ele começa a mudar. Seis quilômetros depois da Preciosa, a estátua de uma galinha de 10 metros de altura, no trevo da rodovia MT-449 com a avenida da Fé, deverá ser inaugurada esta semana a primeira usina de etanol feito exclusivamente de milho do Brasil, a FS Bioenergia. Até então, o etanol de milho produzido no País saía de usinas flex, que fabricam tanto etanol de cana, quanto do grão.

A fábrica da FS é apenas a primeira, do que promete se tornar uma alternativa importante para o beneficiamento e o escoamento de safras que tendem a ficar maiores. “Para nós, é ótimo”, diz Elso Pozzobon, 62 anos de idade, produtor e vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja- MT).

“Ainda temos potencial de produzir muito mais milho na região, sobretudo com o ganho de produtividade trazido pela integração de culturas”.

Investimento estrangeiro.

Joint venture entre a brasileira Fiagril e a gestora americana Summit Agricultural Group, a FS Bioenergia recebeu investimentos de R\$ 450 milhões para ser erguida. Prevista para ser inaugurada na sexta-feira, ela produzirá 180 mil toneladas de farelo, 6 mil toneladas de óleo de milho e energia. Além, é claro, do etanol. Inicialmente serão 240 milhões de litros por ano, que consumirão 600 mil toneladas de milho. Essa capacidade pode ser duplicada.

Pouco, para as quase 30 milhões de toneladas produzidas apenas no Mato Grosso. Mas é expectativa é que ela não seja a única da FS Bioenergia – e muito provavelmente, nem de outros investidores interessados nesse tipo de combustível. Além da usina em Lucas do Rio Verde, a FS estaria planejando mais duas unidades, sendo que uma delas ficaria em Sinop (MT), de acordo com os produtores da região. Os próprios agricultores também estão começando a estudar a possibilidade de se organizar para beneficiar o milho.

“Temos discutido a viabilidade de investir numa usina, em nossa cooperativa”, afirma Pozzobon. Essas iniciativas esparsas de empreendedores, porém, devem ganhar uma dimensão maior com as perspectivas criadas com o RenovaBio. O programa pretende aumentar a produção de biocombustíveis para atingir as metas de redução de emissão de poluentes, estabelecidas pela COP-21. Primeira iniciativa que juntou os ministérios da Agricultura, Energia e Meio Ambiente, o RenovaBio já passou por consulta pública e espera definições do governo. Não há uma previsão de data de lançamento.

Outro patamar.

“Enquanto não houver um marco regulatório que estabeleça para onde vai a política energética, a expansão da produção (do etanol de milho) será localizada e feita por iniciativas individuais”, diz Marlon Arraes Jardim, coordenador geral do departamento de biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME). “Estamos exatamente discutindo essa política, para dar previsibilidade ao produtor, à indústria e ao investidor”.

Dar também uma perspectiva de ganho de escala, além de outros estímulos para a realização de investimentos. Deverão ser estabelecidos benefícios para os empreendimentos que tiverem menor pegada de carbono, ligados a instrumentos financeiros, ainda em discussão. Segundo Jardim, não estão previstos subsídios governamentais para o projeto. “O RenovaBio não faz distinção em relação à origem da matéria-prima ou ao produto: se ele for

biocombustível e tiver baixa pegada de carbono participará do programa”, diz ele.

Quanto menor essa pegada, maior será esse benefício ainda em discussão. “Sabemos que o etanol de milho na composição da oferta será inexorável”, afirma Jardim. “Ao contrário da cana, o milho pode ser estocado e há uma boa brecha para que esse tipo de combustível ganhe mercado na entressafra.” Uma boa notícia para os produtores, já que a supersafra de 100 milhões deverá parecer pequena, no médio prazo. “Entre seis a oito anos, a expectativa é que a produção chegue a 200 milhões de toneladas”, diz Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro.

“O preço na origem vai continuar baixo, criando uma grande oportunidade para o beneficiamento.” Nas projeções da Datagro, a produção de etanol de milho, que na safra de 2015/2016 foi de 141 milhões de litros, chegará a 750 milhões de litros na colheita de 2018/2019. Pouquíssimo, quando comparado aos 24,7 bilhões de litros de etanol de cana de açúcar que devem ser produzidos na safra de 2017/2018, segundo a Única, entidade que representa os produtores.

Mas a tendência é de alta. “Tudo o que puder ser transformado em produto acabado será uma boa saída”, diz Carlos Simon, 54 anos, produtor e presidente do Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde. “A produção tem crescido tanto que o preço só tem melhorado graças aos leilões do governo.”

Cortes.

Exatamente por isso, os agricultores têm trabalhado para diminuir a produção no curto prazo. Segundo Pozzobon, a ideia é incentivar que os produtores a usar apenas as melhores áreas de suas propriedades e deixar sem cultivo as partes dos terrenos que precisam de mais investimento em adubação e correção de solo.

Quando as usinas de etanol de milho tornarem-se uma realidade, porém, ele poderão se beneficiar de ainda mais uma vantagem. Como na FS, elas também poderão produzir o DDGS, sigla em inglês para grãos secos por destilação. Com alto teor de proteína, esse subproduto beneficiado do grão é usado para ração animal e tende a criar uma oportunidade de diversificação. Procuradas, a JS Bioenergia, a Summit Agricultural Group e a ICM, fornecedora dos equipamentos da fábrica, não concederam entrevista.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Helena Mader Ana Viriato****Título: Postos em supermercados enterrados na polêmica**

A abertura de postos de combustíveis em estabelecimentos como shoppings e supermercados era a grande aposta para aumentar a concorrência no setor e reduzir os preços no mercado de Brasília. Depois da Operação Dubai e da prisão de empresários envolvidos no esquema de formação de cartel, a Câmara Legislativa aprovou uma lei do Executivo, permitindo a atividade em novos espaços. O texto foi sancionado em janeiro de 2016, mas, passados 20 meses, nenhum projeto saiu do papel. Empresários reclamam da burocracia, e o governo garante que jamais recebeu qualquer solicitação para a abertura de postos em shoppings, supermercados ou concessionárias.

O texto do Executivo alterou as normas para a cobrança de duas taxas: a outorga onerosa do direito de construir (Odir) e de alteração de uso (Onalt). Esses mecanismos são aplicados quando o proprietário de um imóvel quer aumentar a área construída e a altura do empreendimento ou, ainda, alterar a destinação do lote. Como essas mudanças implicam em valorização do terreno, os donos têm de pagar um valor ao poder público pelas alterações de uso ou de gabarito.

Apesar das reclamações de empresários, que queriam excluir essas cobranças da lei que permitiu postos em estabelecimentos comerciais, o dispositivo está previsto na lei. Representantes do setor ouvidos pelo Correio estimaram em cerca de R\$ 3 milhões o valor médio que teriam de pagar para conseguir o alvará para a instalação de postos em shoppings, mercados, concessionárias ou terminais de transporte e garagens de ônibus.

O presidente da Associação de Supermercados de Brasília, Antônio Tadeu Peron, diz que muitos empresários do segmento têm interesse em ampliar as atividades, mas esbarram na burocracia. “São muitas exigências, a lei ainda não está clara até hoje. O que ouço entre os empresários é que existe a vontade de abrir postos, mas eles não conseguem vencer as exigências. Muitos até desenvolveram os projetos internamente”, conta. A Associação de Shoppings Centers não quis se manifestar sobre o assunto.

Empresários do ramo acreditam que a lei pode estimular a livre concorrência e aumentar a competitividade, desde que alguns aspectos da norma fiquem mais claros. Proprietário de um posto de gasolina na Asa Norte há 30 anos, Sergio Perrenoud aponta a necessidade de limitar o rol daqueles que podem abrir o negócio em supermercados. “É injusto que os donos dos estabelecimentos, por

exemplo, possam aderir, porque eles poderiam baixar os preços do combustível em um nível que não é acessível aos demais concorrentes, como atrativo, e impulsionar as vendas. O lucro final compensaria. Por sua vez, quem compete justamente iria à falência”, aponta.

Sem pedidos

Os órgãos do governo responsáveis pela análise de solicitações garantem que nunca receberam projetos. O secretário de Gestão do Território e Habitação, Thiago de Andrade, explica que a Lei de Uso e Ocupação do Solo deve facilitar os processos de licenciamento. “A lei sancionada no ano passado facilitou muito esse processo, mas a Luos vai especificar os usos de alguns terrenos, eliminando as dúvidas dos empresários”, explica.

Para o secretário, a ausência de projetos até agora é causada pela crise econômica, e não pela burocracia. “Acredito que ninguém requisitou alvará para postos em supermercados em shoppings por uma questão financeira. Com a crise, muitos evitam fazer grandes investimentos. Mas, se chegarem os projetos, vamos analisá-los”, acrescenta o secretário de Gestão do Território.

Em nota, o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) informa que não recebeu nenhum pedido de licenciamento para essa atividade até agora. Segundo o órgão, só chegaram aos técnicos do instituto pedidos de informações sobre o tema. De 2015 a 2017, o Ibram emitiu 31 licenças ambientais para postos de combustíveis, todos em lotes já previstos para esse fim.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT), que, em 2004, foi relator da CPI dos Combustíveis, responsabiliza os órgãos ambientais do DF pela inexistência de postos de gasolina em supermercados e shoppings. “Falta desburocratizar o processo de autorização para a construção do estabelecimento. O caso tem de ser tratado com a urgência que requer”, argumenta. Para o distrital, a situação compromete a competitividade do segmento e abre espaço para a prática do cartel. “Vemos dezenas de preços similares no centro de Brasília. Os valores estão uniformizados e abusivos”, reclama.

Em uma inspeção em estabelecimentos do Distrito Federal, o Procon-DF identificou casos de aumento exagerado da margem de lucro nos postos, depois da alta do PIS/Cofins imposto pelo governo federal. O diretor de fiscalização do órgão, Nivaldo da Silva, explica que o Procon avaliará os valores em 40 postos. “Entre os casos que analisamos, houve situações em que a margem de lucro saltou de 6% para 18%. A avaliação inicial é de que alguns postos estão apresentando margem de lucro abusiva, mas o nosso jurídico ainda vai se debruçar sobre os dados”, explicou.

O que diz a lei

» A Lei Complementar nº 911, que trata da liberação de postos de abastecimento, lavagem e lubrificação nos estacionamento privados de supermercados, hipermercados, clubes e shopping centers, condiciona as autorizações à realização de estudo de viabilidade técnica, de impacto ambiental e de impacto de vizinhança. Os empresários também precisam pagar taxas, como a outorga onerosa de alteração de uso (Onalt) e da outorga onerosa do direito de construir (Odir). Os postos devem apresentar planos de emergência para acidentes.

R\$ 3**milhões**

Estimativa do valor das taxas que devem ser pagas por empresários que querem abrir postos em supermercados ou shoppings

É injusto que os donos dos estabelecimentos, por exemplo, possam aderir, porque eles poderiam baixar os preços do combustível em um nível que não é acessível aos demais concorrentes, como atrativo, e impulsionar as vendas. O lucro final compensaria. Por sua vez, quem compete justamente iria à falência”

Sergio Perrenoud, dono de posto da Asa Norte

MME / ASCOM